

ÓRGÃO



OFICIAL

ELIESER RABELLO
PREFEITO MUNICIPAL

VARGEM ALTA – QUARTA – FEIRA, 28 DE NOVEMBRO DE 2012 – Nº 392

PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

ATOS DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

DECRETOS

DECRETO Nº 2453, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2012.

CONCEDE DESCONTO NO PAGAMENTO DE ENCARGOS DEVIDOS POR CONTRIBUINTES RELATIVOS À MULTA E JUROS DOS CRÉDITOS INSCRITOS EM DÍVIDA ATIVA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VARGEM ALTA, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, no uso das atribuições que lhe confere o § 1º, do art. 130, da Lei Complementar nº 023/06, alterada pela Lei Complementar nº 035/11 (Código Tributário Municipal);

DECRETA:

Art. 1º Os créditos da Fazenda Pública Municipal inscritos em Dívida Ativa, de natureza tributária ou não, excetuados os decorrentes de autos de infração de qualquer natureza, poderão ser pagos, atualizados monetariamente, com dispensa de 90 % (noventa por cento) dos encargos devidos relativos à multas e juros, para pagamento efetuados à vista.

Parágrafo único. Os benefícios previstos no *caput* deste artigo terão validade para pagamentos a serem realizados até o dia **31 de dezembro de 2012**.

Art. 2º O contribuinte que tiver sua dívida ajuizada (processo de Execução Fiscal), só fará jus ao desconto mencionado no art. 1º, se apresentar à autoridade competente, documento comprobatório da quitação de custas judiciais e demais cominações legais.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Vargem Alta-ES, 26 de novembro de 2012.

ELIESER RABELLO

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 2454, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2012.

EXONERA O SERVIDOR DEOVANI ROMÃO LARGURA DO CARGO EM COMISSÃO COORDENADOR DE TRÂNSITO – CC-V.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VARGEM ALTA, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado o Servidor **DEOVANI ROMÃO LARGURA**, do Cargo em Comissão – Coordenador de Trânsito – CC-V, nomeado através do Decreto nº 1804, de 25 de maio de 2009.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a **19/11/12**.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Vargem Alta-ES, 26 de novembro de 2012.

ELIESER RABELLO

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 2455, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2012.

DISPÕE SOBRE A CONTENÇÃO DE DESPESAS, O ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2012 E A ABERTURA DO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VARGEM ALTA, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO a necessidade de manter o equilíbrio fiscal das contas do Município e de adotar providências que garantam o encerramento do exercício de 2012 e a abertura do exercício financeiro de 2013;

CONSIDERANDO as recomendações do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo - TCEES, sobre a transição e sobre as obrigações legais e contábeis a serem cumpridas no final de mandato;

DECRETA:

Art. 1º O encerramento contábil do mês de novembro de 2012 dar-se-á, no máximo, até o dia 10 de dezembro do corrente exercício.

Art. 2º Ficam vedadas, a partir da data da assinatura deste Decreto, as seguintes despesas:

- I – aquisição de material permanente e equipamento;
- II – participação de servidores em cursos, seminários, congressos e outros similares que impliquem em despesas com locomoção e diárias, excetuando aquelas de extrema necessidade, a critério do Prefeito municipal;
- III – contratação de aluguéis de imóveis e veículos;
- IV – eventos esportivos, sociais e culturais.

Parágrafo único. Excetuam-se do disposto neste artigo as despesas referentes à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, das ações de Saúde, as vinculadas a recursos de convênios e as previamente autorizadas pelo Prefeito municipal.

Art. 3º A execução orçamentária da despesa encerrar-se-á no dia 21 de dezembro de 2012, quando serão transferidos para restos a pagar os empenhos em aberto registrados no Setor de Contabilidade da Secretaria Municipal de Finanças.

Art. 4º Fica estabelecido o prazo de até o dia 21 de dezembro de 2012 para recebimento de processos para empenho, exceto os casos constantes do parágrafo único, do artigo 2º, deste Decreto.

§ 1º Os empenhos somente poderão ser emitidos até 21 de dezembro do corrente exercício, devendo ser observados os critérios legais necessários para tal registro.

§ 2º Até a data prevista no *caput* deste artigo, todos os processos referentes a despesas empenhadas e não liquidadas, inclusive de exercícios anteriores ao presente, deverão ser encaminhados ao Setor de Contabilidade, para análise e cancelamento.

§ 3º Excepcionalmente, os empenhos só poderão ser emitidos após a data fixada no *caput* deste artigo para as despesas referentes à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, das ações de Saúde, as vinculadas a recursos de convênios, pessoal civil e obrigações patronais, amortização e encargo da dívida pública, contas de energia elétrica, água, telefone, duodécimos do Poder Legislativo e sentenças judiciais.

Art. 5º Até o dia 26 de dezembro de 2012, a Secretaria Municipal de Administração, através do Departamento de Patrimônio, encaminhará ao Setor de Contabilidade, da Secretaria Municipal de Finanças, a relação de todos os bens móveis e imóveis com suas respectivas incorporações, desincorporações e alienações no exercício de 2012 e o inventário de todos os bens móveis e imóveis e de estoque da municipalidade, contendo as informações de entradas e saídas, especificações, quantidade e valor, bem como as ações, com suas aquisições, baixas e correções, individualmente, para que sejam incorporadas ao Balanço Geral do Município, e demais procedimentos necessários ao atendimento das diretrizes dispostas nas portarias STN Nº 184/2008, 406/2011 e 828/2011.

Art. 6º Fica estabelecido que o titular de cada Secretaria deverá designar um servidor para assessorar o Setor de Contabilidade da Secretaria Municipal de Finanças, sempre que necessário, durante o fechamento do Balanço.

Art. 7º Até o dia 31 de dezembro de 2012, o Departamento de Cadastro e Tributação encaminhará à Contabilidade, as informações referentes à Dívida Ativa do exercício de 2012, de acordo com a Lei Federal 4.320/64 e ainda de acordo com as diretrizes dispostas nas Portarias STN nº, 184/2008, 406/2011 e 828/2011.

Art. 8º O Setor de Contabilidade da Secretaria Municipal de Finanças, estará fechada para adequação aos controles exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal e encerramento do exercício de 2012 e abertura do exercício de 2013, no período de 22 a 31 de dezembro de 2012.

Art. 9º As aplicações das normas contidas neste Decreto serão controladas pela Secretaria Municipal de Finanças e Controladora Geral do Município, podendo baixar instruções ou normas que se fizerem necessárias para o fiel cumprimento do presente Decreto, bem como prestar esclarecimentos sobre o balanço de encerramento do exercício.

Art. 10. Fica estabelecido o prazo de até 31 de dezembro de 2012 para que os órgãos da Administração Indireta (IPREVA e SAAE), bem como a Câmara Municipal encaminhem à Secretaria Municipal de Finanças o balancete referente ao mês de dezembro de 2012, para que o Setor de Contabilidade possa efetuar os procedimentos de fechamento do exercício e geração dos Restos a Pagar, e fechamento do **Balanço Geral** através da Assessoria Contábil, para efeito de Consolidação das Contas, para

finalização de mandato e transição de governo, bem como o envio ao Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo - TCEES, dentro do prazo legal.

Art. 11. O disposto neste Decreto aplica-se aos órgãos da Administração Direta e, no que couber, à Administração Indireta, obedecendo ao disposto na Lei Orgânica do Município de Vargem Alta.

Parágrafo único. Todas as unidades administrativas desta Prefeitura deverão observar os prazos fixados neste Decreto e se adequar de forma a atender as exigências aqui estabelecidas.

Art. 12. Os casos especiais serão decididos pelo Secretário Municipal de Finanças, sob orientação da Assessoria Contábil.

Art. 13. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos em **27/11/2012**.

Art. 14. Revogam-se as disposições em contrário.

Vargem Alta-ES, 27 de novembro de 2012.

ELIESER RABELLO

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 2456, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2012.

DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO E OS PROCEDIMENTOS DA EQUIPE DE TRANSIÇÃO DE GOVERNO DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL PARA O PREFEITO ELEITO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VARGEM ALTA, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, em consonância com o artigo 70, da Lei Orgânica Municipal e;

CONSIDERANDO que a transição de governo recomenda a transferência de dados fundamentais para facilitar o desenvolvimento dos programas, projetos e ações do candidato eleito para o cargo de Prefeito municipal;

CONSIDERANDO a importância de um processo de transição governamental para preservação da continuidade dos serviços públicos, visando os interesses da população;

CONSIDERANDO que a Administração Pública deve estar calcada nos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (art. 37, *caput*, da Constituição Federal);

DECRETA:

Art. 1º Fica instituída a Equipe de Transição de Governo do Poder Executivo Municipal para o candidato eleito para o cargo de Prefeito, a qual fica regulamentada nos termos deste Decreto.

Art. 2º A transição governamental é o processo que objetiva propiciar condições para que o candidato eleito para o cargo de Prefeito possa receber de seu antecessor todos os dados e informações necessários à implementação do programa do novo governo, desde a data de sua posse.

Art. 3º O processo de transição governamental terá início após a divulgação, pela Justiça Eleitoral, do resultado da eleição majoritária, com a proclamação do candidato eleito e se encerrará no ato da posse do novo prefeito.

Art. 4º A Equipe de transição deverá ter acesso às informações relativas às contas públicas, aos programas e aos projetos do Governo Municipal e aos convênios em execução e os em iminência de execução entre outras, às informações relativas a:

I – dados referentes ao PPA, LDO e LOA, inclusive anexos e demonstrativos;

II – contas Públicas (número das contas, agências e banco), inclusive anexos com demonstrativos dos saldos disponíveis, devidamente conciliados, dos restos a pagar e da dívida fundada, bem como a relação de documentos financeiros de longo prazo, contratos de execução de obras, consórcios, convênios e outros, pagos e a pagar, etc;

III – valores médios mensais recebidos a título de transferências constitucionais, efetuados pelo Banco do Brasil, bem como das transferências fundo a fundo, FUNDEB, gestão plena da saúde e relativas ao cumprimento da Emenda Constitucional nº 29;

IV – relação atualizada dos bens patrimoniais e levantamento de bens de consumo existentes no almoxarifado;

V – estrutura funcional da Administração Pública, com demonstrativo do quadro dos servidores;

VI – comprovante de regularidade com a previdência social;

VII – ações, projetos e programas de governo em execução, interrompidos, findos ou que aguardam implementação;

VIII – assuntos que requeiram a adoção de providências, ação ou decisão da administração nos 100 (cem) primeiros dias do novo governo;

IX – inventário de dívidas e haveres, bem como a indicação de outros assuntos que sejam objeto de processos judiciais ou administrativos;

X – informações resumidas sobre decisões em curso que possam ter repercussão de relevância para a futura administração;

XI – relação de órgãos e/ou entidades com os quais o Município esteja mantendo interação relevante, em especial aqueles que integram outros entes da Federação, organizações não-governamentais e organismos internacionais, com menção dos temas que geram a interação;

XII – relação das principais ações, projetos e programas, executados ou não pelos referidos órgãos e/ou entidades durante a gestão em curso.

Parágrafo único. A Equipe de transição, além das informações a que se refere o *caput* deste artigo, observará as orientações, no que couber, a regulação na conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

Art. 5º O candidato eleito para o cargo de Prefeito indicará representantes por livre escolha para compor a Equipe de transição, a qual terá acesso às informações contidas em registros ou documentos, produzidos ou acumulados por órgãos ou entidades da administração pública municipal.

§ 1º A equipe de transição de que trata o *caput* deste artigo será supervisionada e coordenada por um dos seus membros, designado pelo Prefeito eleito.

§ 2º A indicação a que se refere este artigo será feita por meio de ofício ao Prefeito em exercício.

§ 3º É proibida a retirada de documentos originais, equipamentos, programas ou quaisquer outros bens públicos das dependências dos órgãos e entidades municipais pela Equipe de transição.

Art. 6º Ao Prefeito em exercício caberá indicar representantes do atual Governo para compor a Equipe de transição.

Parágrafo único. A Equipe de transição vinculada à representação governamental será supervisionada e coordenada por um dos seus membros, indicado pelo Prefeito em exercício, a quem compete coordenar os trabalhos e requisitar dos órgãos e entidades da administração

pública municipal os dados solicitados pelo coordenador representante do Prefeito eleito.

Art. 7º Para apoiar o desempenho de atividades específicas, a Equipe de transição poderá contar com o apoio de um ou mais servidores e a participação de profissionais de reconhecida competência em sua área de atuação, mediante deliberação e aprovação do colegiado, no sentido de facilitar o entendimento e o desenvolvimento das ações daquela Equipe.

Art. 8º Os membros da Equipe de transição serão nomeados por ato do Prefeito em exercício, sendo estabelecido o início e encerramento dos trabalhos.

Art. 9º Os pedidos de acesso às informações de que trata o artigo 4º, qualquer que seja sua natureza, deverão ser formulados por escrito pelo coordenador da Equipe de transição e dirigidos ao representante do Prefeito em exercício, o qual competirá, em tempo hábil, requisitar dos órgãos da Administração Municipal os dados e informações solicitados e encaminhá-los, com a necessária precisão, no prazo de até 03 (três) dias, à coordenação da Equipe.

Art. 10. As reuniões da equipe de transição deverão ser agendadas previamente e serão objeto de registro sumário em atas que indiquem os participantes, os assuntos tratados, as informações solicitadas e o cronograma de atendimento das demandas apresentadas.

§ 1º A Equipe de transição poderá se reunir na sede da Prefeitura ou em qualquer outro prédio público onde haja atividade de administração municipal.

§ 2º Poderá ser feito uso de computadores e papéis do Município, bem como de outros instrumentos necessários ao desenvolvimento das atividades da Equipe de transição.

Art. 11. Caberá à Equipe de transição elaborar os atos de competência do novo Prefeito, a serem editados imediatamente após sua posse.

Art. 12. A participação na Equipe de transição não será remunerada em hipótese alguma.

Art. 13. Os membros da Equipe de Transição deverão manter sigilo dos dados e informações confidenciais a que tiverem acesso, sob pena de responsabilização, nos termos da legislação específica.

Art. 14. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 15. Revogam-se as disposições em contrário.

Vargem Alta-ES, 27 de novembro de 2012.

ELIESER RABELLO
Prefeito Municipal

PORTARIAS

PORTARIA Nº 175/2012

NOMEIA GRUPO COORDENADOR DO PLANO DE CONTINGÊNCIA PARA A VIGILÂNCIA EM SAÚDE.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VARGEM ALTA, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO; no uso de suas atribuições legais e considerando o interesse do Município;

RESOLVE:

Art. 1º Nomeia Grupo Coordenador do Plano de Contingência para a Vigilância em Saúde, composto dos seguintes representantes:

- **Secretário Municipal de Saúde**
Vanderson Roberto Pedruzzi Gaburo
- **Vigilância em Saúde**
Potiguar Sant'Anna
- **Vigilância Epidemiológica**
Regina Lucia Zanette Grolla
- **PESMS**
Jucilene Maria Demartini Nunes
- **Estratégia de Saúde da Família**
Nadia Cola Fávero

Art. 2º O Grupo descrito acima constará no Plano de Contingência da Dengue 2013.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Vargem Alta-ES, 26 de novembro de 2012.

ELIESER RABELLO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 176/2012

NOMEIA MEMBROS DA EQUIPE DE TRANSIÇÃO DE GOVERNO DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VARGEM ALTA, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO; no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal c/c o Decreto Municipal nº 2456, de 27 de novembro de 2012, e;

Considerando a necessidade de viabilizar uma transição governamental pautada na transparência e serenidade;

Considerando o objetivo de proporcionar à futura administração o conhecimento mais amplo possível das circunstâncias em que se encontra o Município;

RESOLVE:

Art. 1º Fica nomeada a Equipe de Transição de Governo 2009/2012 para 2013/2016, sendo:

I – representantes do Poder Executivo:

- a) Anderson Deprá – Secretário de Administração;
- b) Amós Martins Marcelino – Controlador Geral do Município;
- c) Rosângela de Oliveira Silva – Gerente de Planejamento;
- d) Thadeu dos Santos Orletti – Secretário Municipal de Finanças.

II – representantes indicados pelo Prefeito eleito:

- a) Izabela Maria Pereira de Azevedo;
- b) Edson José Altoé;
- c) Vanderson Roberto Pedruzzi Gaburo;
- d) Elias Abreu de Oliveira

Parágrafo único. A Equipe de transição será coordenada pelo representante do Poder Executivo Sr. Anderson Deprá e pelo representante do Prefeito eleito Sr. Vanderson Roberto Pedruzzi Gaburo.

Art. 2º Os trabalhos da Equipe de Transição iniciarão em 28 de novembro de 2012 e terão encerramento em 31 de dezembro de 2012.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Vargem Alta-ES, 28 de novembro de 2012.

ELIESER RABELLO

Prefeito Municipal

LEI

LEI Nº 991, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2012.

ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 284/97 QUE DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO, A ESTRUTURA E O FUNCIONAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE VARGEM ALTA-ES.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VARGEM ALTA, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO; faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Os dispositivos a seguir enumerados, da Lei nº 284, de 23 de outubro de 1997, que dispõe sobre a Organização, a Estrutura e o Funcionamento do Conselho Municipal de Educação do Município de Vargem Alta, alterada pelas Leis nºs 642, de 22 de maio de 2007 e 858, de 17 de maio de 2010, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º

V – 02 representantes de pais de alunos da rede pública municipal;

.....”

“Art. 7º O mandato dos membros do Conselho terá a duração de 04 (quatro) anos, permitida a recondução de seus membros.”

“Art. 8º.....

.....

III – ausência injustificada por mais de 03 (três) reuniões consecutivas ou 07 (sete) alternadas, no período de 01 (um) ano;”

“Art. 9º O mandato do Presidente e Vice-Presidente do Conselho Municipal de Educação será por um período de 04 (quatro) anos, podendo o(s) mesmo(s) concorrer(em) a um novo período de mandato.”

“Art. 12. O Conselho Municipal de Educação reunir-se-á e deliberará com a presença de, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais um dos conselheiros presentes em primeira chamada e, com qualquer número de conselheiros na segunda chamada, que acontecerá 30 (trinta) minutos após a primeira.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Vargem Alta-ES, 26 de novembro de 2012.

ELIESER RABELLO

Prefeito Municipal

LEI Nº 992, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2012.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL PROCEDER AO ORÇAMENTO FISCAL DO MUNICÍPIO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2012, NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, A CRIAÇÃO DE UNIDADE ORÇAMENTÁRIA E A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL, NA FORMA QUE INDICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VARGEM ALTA, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO; faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criada a Unidade Orçamentária denominada Coordenadoria Municipal de Defesa Civil, instituída pela Lei nº 851 de 22 de abril de 2010 e nos termos da Lei nº 951 de 2011 - Lei Orçamentária Anual, conforme codificação a seguir:

Secretaria: 030000 – Secretaria Municipal de Governo
Unidade Orçamentária: 030200 – Coordenadoria Municipal de Defesa Civil – COMDEC

Art. 2º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir Crédito Adicional Especial, ao Orçamento Fiscal do Município no valor global de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) que será consignado à estrutura de despesas do Órgão/Secretaria: 030000 – Secretaria Municipal de Governo, Unidade Orçamentária: 030200 – Coordenadoria Municipal de Defesa Civil, conforme detalhamento a seguir:

Unidade Orçamentária: 03.02.00 – Coordenadoria Municipal de Defesa Civil
Funcional Programática: 04.182.0033.2.2.089 – Manutenção das Atividades da Defesa Civil
Naturezas da Despesa: 3.1.90.14.00 – Diária Pessoal Civil R\$ 1.000,00
3.3.90.30.00 – Material de Consumo R\$ 9.000,00
3.3.90.36.00 – Serviços de Terceiros Pessoa Física R\$ 5.000,00
3.3.90.39.00 – Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica R\$ 10.000,00
4.4.90.51.00 – Obras e Instalações R\$ 10.000,00
4.4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente R\$ 15.000,00
Total – R\$ 50.000,00

Art. 3º Os Recursos disponíveis decorrentes para atender a abertura do presente Crédito Adicional Especial correrão à conta da anulação parcial de dotações orçamentárias, na forma definida pela Lei nº 931/2011 – Lei de Diretrizes Orçamentárias, em conformidade com o estabelecido no art. 43, § 1º, inciso III da Lei 4.320/64, no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), conforme detalhamento a seguir:

Unidade Orçamentária: 030100 – Secretaria Municipal de Governo
Funcional Programática: 04.122.0003.2.008 – Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Governo
Naturezas da Despesa: 3.3.50.41.00 – Contribuições R\$ 12.000,00
3.3.90.30.00 – Material de Consumo R\$ 7.000,00

Unidade Orçamentária: 100100 – Secretaria Municipal de Educação
Funcional Programática: 12.361.0018.2.046 – Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental
Naturezas da Despesa: 3.3.90.92.00 – Despesas de Exercícios Anteriores R\$ 2.000,00
4.4.90.51.00 – Obras e Instalações R\$ 1.000,00
4.4.90.52.00 – Equipamento e Material Permanente R\$ 21.000,00

Funcional Programática: 12.365.0020.1.055 – Construção, Reforma e Ampliação de Unidades de Ensino Infantil
Naturezas da Despesa: 4.4.90.51.00 – Obras e Instalações R\$ 7.000,00
Total – R\$ 50.000,00

Art. 4º Ficam alterados e atualizados os Anexos do Plano Plurianual 2010/2013, das Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2012 e da Lei Orçamentária Anual, aprovados respectivamente pelas Leis nºs 823/2009, 931/2011, 951/2011, em decorrência dos Créditos Orçamentários autorizados nesta Lei.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Vargem Alta-ES, 26 de novembro de 2012.

ELIESER RABELLO
Prefeito Municipal

LEI Nº 993, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2012.

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O MUNICÍPIO DE VARGEM ALTA – ES, NO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VARGEM ALTA, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO; faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Capítulo I

Disposições Preliminares

Art. 1º Em cumprimento ao disposto no artigo 165, § 2º da Constituição Federal, ao artigo 4º. da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 e artigo 67, letra b, da lei Orgânica do Município, alterada pela Emenda nº 14/2009, à Lei Orgânica do Município de Vargem Alta, ficam estabelecidas as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2013, que compreendem:

- I – as diretrizes, prioridades e metas para a Administração Pública Municipal;
- II – a organização e a estrutura dos Orçamentos;
- III – a administração da dívida e das operações de crédito;
- IV – as despesas de pessoal e encargos sociais;
- V – o orçamento participativo;
- VI – as disposições sobre alterações na legislação tributária do Município;
- VII – anexo de Riscos Fiscais e anexo de Metas Fiscais;
- VIII – as disposições finais e transitórias.

Capítulo II

Das Diretrizes, prioridades e Metas da Administração Municipal

Art. 2º Constituem diretrizes gerais para a Administração Municipal, no Exercício de 2013:

- I – adequação dos pontos turísticos do Município;
- II – investir na gestão pública municipal, objetivando o fortalecimento das instituições públicas para oferecer melhor atendimento aos municípios;

III – aperfeiçoamento dos métodos e procedimentos da gestão pública municipal com vistas ao equilíbrio das contas públicas, e maior transparência dos atos públicos;

IV – manutenção e melhoria da Infra Estrutura Urbana;

V – aprimorar o incentivo da participação da sociedade na gestão das políticas públicas municipais;

VI – continuidade do incentivo ao homem do campo, objetivando o aquecimento da produção agrária e conseqüente aquecimento da economia do Município.

Art. 3º Constituem prioridades e metas para o Exercício Financeiro de 2013, as constantes do anexo I desta Lei observadas as disposições do Plano Plurianual 2010/2013 de Vargem Alta e os seguintes objetivos estratégicos:

I – promover ações de aprimoramento nos atos da gestão pública municipal, na busca da eficiência e eficácia;

II – desenvolver o potencial produtivo do Município nas diversas atividades econômicas;

III – universalizar os direitos sociais com ênfase na promoção das ações de Saúde e Educação, na inclusão dos cidadãos idosos, no desenvolvimento de atividades educativas para os menores e na recuperação dos dependentes químicos;

IV – promover o desenvolvimento humano;

V – promover o desenvolvimento urbano de forma sustentável no Município e ampliar o apoio ao homem do campo;

VI – promover a descentralização do desenvolvimento da administração municipal, aproximando o cidadão à gestão pública;

VII – promover a modernização da Administração Pública e a melhoria dos serviços prestados aos cidadãos;

VIII – promover a universalização do acesso aos Programas e Projetos e outros que possuam o mesmo objetivo e sejam implementados no decorrer do Exercício.

Capítulo III

Da Organização e Estrutura do Orçamento

Art. 4º A Lei Orçamentária Anual (LOA) será elaborada conforme as diretrizes, os objetivos e os programas estabelecidos na Lei que dispõe sobre o Plano Plurianual 2010/2013, observada as demais normas aplicáveis e compreenderá o Orçamento Fiscal e de Seguridade dos Poderes Legislativo e Executivo e dos Fundos, obedecendo a estrutura organizacional em vigor.

Parágrafo único. O Orçamento Anual do Município abrangerá os Poderes Executivo e Legislativo, seus fundos especiais e os Órgãos da Administração Direta e Indireta e será elaborado e executado visando garantir o equilíbrio entre as receitas e despesas, dentro da capacidade arrecadatória do Município e necessidade de investimento.

Art. 5º Para fins desta lei, entende-se por:

I – Programa – instrumento de organização da ação governamental, visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurados por indicadores estabelecidos no Plano Plurianual;

II – Projeto – instrumento que contribui para que se alcance o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação do governo;

III – Atividade – instrumento que contribui para que se alcance o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulte um produto ou resultado necessário à manutenção da ação do governo;

IV – Operação Especial – despesas que não contribuíram para a manutenção das ações de governo, das quais não resulte um produto ou que não geram contraprestação direta sob forma de bens e serviços, característicos dos programas de gestão;

V – Projeto ou Atividade – menor nível de categoria de programação, sendo utilizado para especificar a localização física de uma ação ou a etapa de uma determinada ação;

VI – Unidades Gestoras – unidades da Administração Direta consideradas como tais as Secretarias do Município, investidas de competência de gerir recursos orçamentários e financeiros, próprios ou sob descentralização, bem como o Poder Legislativo.

§ 1º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob forma de atividades ou projetos, especificando os respectivos valores, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º As categorias de programação de que se trata esta Lei serão identificadas na Lei Orçamentária por funções, subfunções, programas, atividades, projetos e operações especiais, em correspondência com o que consta na Lei que estabelece o Plano Plurianual – 2010/2013.

Art. 6º O Orçamento Fiscal e da Seguridade Social discriminarão as despesas por Unidade Gestora, detalhadas por categoria de programação em nível de projeto ou de atividade, especificando os grupos de despesa, com suas respectivas dotações, conforme discriminados a seguir, indicando, para cada categoria, a esfera orçamentária, a modalidade de aplicação e a fonte de recursos:

I – pessoal e encargos sociais;

II – juros e encargos da dívida;

III – outras despesas correntes;

IV – investimentos;

V – inversões financeiras;

VI – amortização da dívida.

§ 1º A reserva de contingência prevista no artigo 19, § 2º, será parte integrante do Orçamento.

§ 2º A especificação da modalidade de aplicação mencionada no *caput* deste artigo, indicará se os recursos serão destinados, mediante transferência a outras esferas de governo, a instituições privadas com ou sem fins lucrativos, bem como àquelas designadas em leis específicas, obedecendo necessariamente a seguinte classificação:

I – transferências ao Governo Federal – (FUNDEB – Conta Redutora);

II – transferências ao Governo Estadual;

III – transferências aos Governos Municipais ou Indiretas – (Transf. a Fundos);

IV – transferências a instituições privadas sem fins lucrativos;

V – transferências a instituições privadas com fins lucrativos;

VI – transferências a instituições multigovernamentais; e

VII – aplicação direta.

§ 3º As despesas serão identificadas de acordo com a fonte de recursos que as financiam, obedecendo a seguinte classificação:

I – Tesouro;

II – Convênio;

III – Gastos com Educação;

IV – Arrecadação direta pelos fundos;

V – Fundo Municipal de Saúde;

VI – FUNDEB;

VII – Cota de Salário Educação;

VIII – Operação de Crédito;

IX – outras.

Art. 7º As Receitas e Despesas discriminadas na Lei de Orçamento Anual terão por base:

I – a compatibilidade entre as receitas e as despesas, segundo as fontes de toda natureza e os valores realizados de acordo com as alterações de ordem tributário-fiscal, transferências e as novas circunstâncias do Exercício de 2013.

II – a discriminação das despesas, por programas e por natureza de despesa, expressa em moeda corrente de junho de 2012, vedada a atualização dos valores;

III – a previsão de despesa de amortização de financiamentos contratados pelo Município;

IV – a harmonização das despesas, de modo a evitar a desarticulação e a sobreposição de projetos e atividades, por diferentes Unidades Gestoras da Administração Direta com a mesma finalidade.

Art. 8º A Lei Orçamentária Anual discriminará, no mínimo, em categorias de programação específicas, as dotações destinadas:

I – ao pagamento de pessoal e encargos, obedecidos os limites legais;

II – aos pagamentos de encargos e amortização da dívida;

III – às ações relativas à estratégia de renda mínima;

IV – às subvenções econômicas;

V – às despesas com publicidade, propaganda e divulgação oficial, excetuando-se as campanhas de utilidade pública que poderão ocorrer por conta das dotações destinadas aos programas finalísticos;

VI – às despesas relativas à educação e saúde de forma que sejam atingidos os limites constitucionais;

VII – às despesas para atendimento, aos convênios e operações de crédito pleiteadas, devendo ser identificados os montantes relativos à contrapartida.

Art. 9º Quando na apuração bimestral das receitas municipais, (excluídas as provenientes dos convênios e as operações de crédito) for constatado que aquelas não atingiram o valor correspondente, a pelo menos 90% (noventa por cento) da receita prevista para aquele período, o Prefeito poderá promover, por ato próprio, o contingenciamento das despesas, de forma proporcional ao montante destinado a cada Programa da Administração.

§ 1º A limitação de empenho e movimentação financeira far-se-á de revisão das cotas orçamentárias e financeiras disponibilizadas, ficando a recomposição dos respectivos montantes sujeita ao restabelecimento da receita prevista, ainda que parcial.

§ 2º Não serão objeto do contingenciamento de que trata este artigo as despesas relativas ao pagamento de pessoal, a juros e amortização da dívida, as vinculadas às transferências voluntárias, bem como as decorrentes dos recursos vinculados aos fundos legalmente constituídos.

Art. 10. O Projeto de Lei Orçamentária Anual que o Executivo Municipal encaminhará ao Legislativo, para o Exercício de 2013, será constituído de:

I – mensagem da Lei;

II – texto da Lei;

III – consolidação dos quadros orçamentários do Executivo, da Câmara, dos Fundos Especiais;

IV – demonstrativo dos recursos a serem aplicados na manutenção e desenvolvimento do Ensino Básico, para fins do cumprimento do art. 212 da Constituição Federal e do art. 60, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de dezembro de 2006;

V – anexos dos Orçamentos, Fiscal e da Seguridade Social, discriminando a receita e a despesa na forma definida nesta Lei;

VI – demonstrativo dos recursos a serem aplicados em programas de saúde, para fins do disposto na Emenda Constitucional nº 29 de 13 de setembro de 2000;

VII – demonstrativo das fontes de recursos por grupos de despesas, com sua respectiva destinação;

VIII – plano de aplicação para cada fundo especial, sendo observadas as deliberações dos respectivos Conselhos, quando necessário.

Parágrafo único. Além de observar as diretrizes estabelecidas nesta Lei, a alocação dos recursos na Lei Orçamentária Anual de 2013 será feita de forma a propiciar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

Art. 11. A concessão de subvenções sociais pelo Município, autorizada por Lei específica, conforme artigo 26 da Lei Complementar 101, deverá:

I – estar voltada, prioritariamente, para a prestação de serviços essenciais de assistência social, médica e educacional, observando-se o que dispõe a legislação federal;

II – estar articulada e conjugada com os programas e metas estabelecidos no Plano Plurianual 2010/2013 contribuindo para que seus indicadores sejam alcançados, bem como com as normas regulamentares pertinentes.

Parágrafo único. As entidades beneficiadas com subvenções sociais deverão prestar contas à entidade concedente, no prazo máximo de 120 dias contados a partir do recebimento ou obedecido cronograma constante do instrumento legal de repasse.

Art. 12. A destinação de recursos para entidades privadas a título de "auxílios", prevista no art. 12, § 6º, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, ou por acordos de parceria, conforme disposto na Lei 9.790/99 é exclusiva para aquelas sem fins lucrativos, de atendimento direto e gratuito ao público, desde que sejam:

I – voltadas para o ensino especial, ou representativas da comunidade escolar das escolas públicas estaduais e municipais do ensino fundamental;

II – cadastradas junto ao Ministério do Meio Ambiente, para recebimento de recursos oriundos de programas ambientais, doados por organismos internacionais ou agências governamentais estrangeiras;

III – voltadas para as ações de saúde, prestadas por hospitais e clínicas ou por outras entidades sem fins lucrativos, desde que estejam registradas no Conselho Municipal de Saúde;

IV – signatárias, de contrato de gestão ou parceria com a Administração Pública Municipal, não qualificadas como organizações sociais;

V – consórcios intermunicipais de saúde, constituídos exclusivamente por entes públicos, legalmente instituídos, signatários de contrato de gestão com a Administração Pública Federal e que participem da execução de programas nacionais de saúde;

VI – qualificadas como instituições de apoio ao desenvolvimento da pesquisa científica e tecnológica, com contrato de gestão ou parceria, firmados com órgãos públicos.

Art. 13. Na programação da despesa não poderão ser:

I – fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos e legalmente instituídas as suas unidades executoras;

II – incluídos projetos ou atividades com a mesma finalidade em mais de uma Unidade Gestora da Administração Direta;

III – classificadas como atividades, dotações que visem o desenvolvimento de ações limitadas no tempo e das quais resultem produtos que concorram para a criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação do Governo;

IV – classificadas como projetos e ações de caráter continuado.

Art. 14. As emendas ao projeto de Lei Orçamentária com indicação de recursos provenientes de anulação de dotação, sem prejuízo do art. 166, § 3º, da Constituição Federal, não poderão incidir sobre:

I – dotações com recursos vinculados a fundos, convênios ou operações de crédito;

II – dotações referentes à contrapartida obrigatória dos recursos transferidos pela União ou pelo Estado;

III – dotações referentes a obras em andamento, paralisadas ou não concluídas previstas no Orçamento vigente ou nos anteriores da Administração Direta.

Art. 15. Na programação de investimentos em obras da administração direta e indireta, considerando o artigo 45 da Lei Complementar nº 101 – LRF, será observado o seguinte:

§ 1º Os projetos já iniciados terão prioridade sobre os novos.

§ 2º Os projetos novos somente serão programados, quando:

I – comprovada sua viabilidade técnica, econômica e financeira através de quadros demonstrativos;

II – não implicarem em anulação de dotações destinadas a obras já iniciadas, em execução ou paralisadas.

Art. 16. Fica vedada a execução das despesas pelos respectivos ordenadores quando:

I – não houver disponibilidade de dotação;

II – havendo dotação, não tiver ocorrido liberação das respectivas cotas orçamentárias e financeiras.

Art. 17. As Unidades Gestoras da Administração Direta processarão o empenho e a liquidação das despesas sob sua responsabilidade de forma centralizada através do sistema informatizado na Secretaria Municipal de

Finanças, observados os limites fixados para cada categoria de programação e respectivos grupos de natureza de despesa, fontes de recursos, modalidade de aplicação e indicadores de uso, especificando o elemento de despesa.

Art. 18. O Poder Executivo encaminhará ao Poder Legislativo sua proposta orçamentária até o dia 20 de outubro de 2012, observado o disposto na Emenda Constitucional nº 25, de 14 de fevereiro de 2000, na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 e na Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que será incluída no Projeto de Lei Orçamentária do Município para o Exercício de 2013.

Art. 19. O Poder Executivo poderá abrir créditos adicionais suplementares, observado o limite de 50% (cinquenta por cento) da proposta orçamentária e as demais prescrições Constitucionais, visando:

I – criar, quando for o caso, natureza de despesa em categoria de programação já existente;

II – incorporar valores que excedam às previsões constantes da Lei Orçamentária do ano em decorrência do processo inflacionário verificado durante o exercício financeiro, ou decorrente de recursos oriundos de convênios, operações de crédito ou termos congêneres, originalmente não previstos, que se enquadrem nas categorias já existentes;

III – movimentar internamente o Orçamento, quando as dotações existentes se mostrarem insuficientes para a realização de determinadas despesas, não podendo ser utilizadas como fonte de recursos, aquelas relativas à execução de obras ainda não concluídas;

IV – abrir créditos suplementares ao Orçamento da Câmara, resultantes da anulação parcial ou total de suas dotações orçamentárias, se aprovado por ato da Mesa Diretora, e encaminhado ao Poder Executivo para as providências cabíveis;

V – alterar e movimentar internamente o Orçamento em caso de alteração ou reforma administrativa do Executivo Municipal.

§ 1º As alterações nos valores consignados a cada projeto ou atividade, deverão corresponder equivalentes ajustes nas metas físicas programadas atentando-se para suas repercussões sobre a Lei do Plano Plurianual 2010/2013.

§ 2º Deverá ser incluída na proposta orçamentária, dotação global com título de Reserva de Contingência, no limite de até 5 % (cinco por cento) da Receita Corrente Líquida estimada para o Exercício, cujos recursos serão utilizados para atender a passivos contingentes, bem como a outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

Art. 20. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento de despesa, observará o disposto nos artigos 16 e 17 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, considerando-se despesa irrelevante, para fins de aplicação do referido dispositivo, as despesas cujo valor não ultrapasse o limite fixado no artigo 24, incisos I e II da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações posteriores.

Art. 21. O Poder Executivo estabelecerá em até 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2013:

I – a programação financeira e o cronograma de desembolso mensal orçamentário e financeiro;

II – as metas bimestrais de arrecadação de receitas municipais com a especificação, em separado;

III – plano de ação contendo as propostas de manutenção e conservação de todos os bens móveis e imóveis do Município, com a orientação da Secretaria de Administração, de forma a se estabelecer cotas orçamentárias e financeiras específicas;

IV – plano de ação contendo as medidas de combate à evasão e à sonegação fiscal, a quantidade e os valores das ações ajuizadas para a cobrança da dívida ativa, bem como à evolução dos créditos tributários passíveis de cobrança administrativa.

Art. 22. O Orçamento da Seguridade Social compreenderá as dotações destinadas a atender às ações de saúde, previdência e assistência social, obedecendo ao disposto nos artigos 167, inciso XI, 194, 195, 196, 199, 200, 201, 203, 204, e 212, § 4º, da Constituição Federal, e contará, dentre outros, com recursos provenientes:

I – das contribuições sociais previstas na Constituição, exceto a de que trata o art. 212, § 5º e as destinadas por Lei às despesas do Orçamento Fiscal;

II – da contribuição para a previdência social do servidor municipal, que será utilizada para despesas com encargos previdenciários do Município;

III – do Orçamento Fiscal; e

IV – das demais receitas próprias e vinculadas dos órgãos, fundos e entidades, cujas despesas integram, exclusivamente, este orçamento.

§ 1º A destinação de recursos para atender a despesas com ações e serviços públicos de saúde e de assistência social obedecerá ao princípio da descentralização.

§ 2º Os recursos provenientes das contribuições sociais de que trata o art. 195, incisos I e II, da Constituição Federal, no Projeto de Lei Orçamentária e na respectiva Lei, não se sujeitarão à desvinculação.

§ 3º As receitas de que trata o inciso IV deverão ser classificadas como receitas da Seguridade Social.

Art. 23. A Proposta Orçamentária incluirá os recursos necessários ao atendimento:

I – do reajuste dos benefícios da seguridade social de forma a possibilitar o atendimento do disposto no art. 7º, inciso IV, da Constituição Federal; e

II – da aplicação mínima em ações e serviços públicos de saúde, em cumprimento ao disposto na Emenda Constitucional nº 29, de 13 de setembro de 2000.

Parágrafo único. Para efeito do disposto no inciso II deste artigo, consideram-se aplicações em ações e serviços públicos de saúde a totalidade das dotações da Secretaria Municipal de Saúde, deduzidos os gastos das ações de saneamento, meio ambiente e as transferências de Fundos de Saúde de outras esferas de governo.

Capítulo IV

Da Administração da Dívida, dos Precatórios e das Operações de Crédito

Art. 24. A administração da dívida pública municipal interna ou externa terá por objetivo principal a minimização de custos e a viabilização de fontes alternativas de recursos para o tesouro municipal.

Art. 25. Na Lei Orçamentária para o Exercício do ano 2013, as despesas com amortização, juros e demais encargos de dívida pública do Município somente poderão ser fixadas com base nas operações de crédito passíveis de contratação, respeitados os parâmetros estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 26. Somente poderão ser incluídas no Projeto de Lei Orçamentária dotações relativas a operações de crédito cujas cartas consultas tenham sido encaminhadas pela Secretaria Municipal de Finanças, até 30 de agosto de 2012, observados o disposto nos artigos 32 e 33 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 27. A Lei Orçamentária de 2013 somente incluirá dotações para o pagamento de precatórios cujos processos contenham certidão de trânsito em julgado da decisão exequiênda.

Art. 28. As dotações orçamentárias das Secretarias, destinadas ao pagamento de débitos oriundos de decisões judiciais transitadas em julgado, aprovadas na Lei Orçamentária Anual e em créditos adicionais, inclusive as relativas a benefícios previdenciários de pequeno valor, deverão ser integralmente centralizadas na Secretaria Municipal de Finanças.

Art. 29. Nas dotações orçamentárias para o pagamento de precatórios, da Lei

Orçamentária de 2013, deverá contemplar valor referente à amortização dos precatórios vencidos, através do “regime especial” de pagamento de precatórios, instituído pelo art. 97 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, introduzido pela Emenda Constitucional nº 62/2009, conforme opção feita pelo Município, através do Decreto nº 1932/2010.

Capítulo V

Das Despesas de Pessoal e Encargos Sociais

Art. 30. Os Poderes Executivo e Legislativo terão como limites na elaboração de suas propostas orçamentárias, para pessoal e encargos sociais, observados os arts. 18, 19 e 20 da Lei Complementar nº 101/2000, a despesa da folha de pagamento de junho de 2012, projetada para o exercício de 2013, considerando os eventuais acréscimos legais, inclusive alterações de planos de carreira e admissões para preenchimento de cargos.

Art. 31. A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos Poderes Executivo e Legislativo, somente serão admitidos:

I – se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesas de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes;

II – se observado o limite estabelecido na Lei Complementar nº 101/2000; e

III – se observada a margem de expansão das despesas de caráter continuado.

Capítulo VI

Do Orçamento Participativo com as Prioridades do PPA para 2013

Art. 32. A Lei Orçamentária de 2013 deverá conter dotações que viabilizem a realização das ações previstas para o Exercício de 2013, conforme Orçamento Participativo elaborado pelos Conselhos de Comunidade formado por representantes de todas as Associações de Moradores, conforme definidas quando da elaboração do PPA 2010/1013.

Art. 33. Os recursos estimados para o Orçamento Participativo serão alocados de acordo com a proposta classificada, na forma de projeto ou atividade, na Secretaria responsável pela execução.

Capítulo VII

Das Disposições sobre Alterações da Legislação Tributária

Art. 34. Na estimativa das receitas constante do Projeto de Lei Orçamentária Anual para o Exercício de 2013 serão considerados os efeitos das propostas de alterações na Legislação Tributária.

§ 1º As alterações na Legislação Tributária Municipal disporão especialmente, sobre IPTU, ISS, ITBI, Taxas Pelo Exercício do Poder de Polícia e Pela Prestação de Serviços, deverão constituir objetos de projetos de lei a serem enviados à Câmara Municipal, visando promover a justiça fiscal e aumentar a capacidade de investimentos no Município.

§ 2º Quaisquer projetos de lei que resultem em redução de encargos tributários para setores da atividade econômica ou regiões da cidade deverão obedecer aos seguintes requisitos:

- I – atendimento ao art. 14 da Lei Complementar nº 101/2000;
- II – demonstrativo dos benefícios de natureza econômica ou social.

Art. 35. Ocorrendo alteração na legislação tributária, posterior ao encaminhamento do Projeto de Lei Orçamentária Anual à Câmara Municipal que implique em aumento da arrecadação, decorrente de aumento de alíquotas ou da criação de novas receitas não contempladas no projeto, ficará o Poder Executivo autorizado a incorporá-las ao Orçamento através da abertura de créditos adicionais.

Art. 36. Qualquer Projeto de Lei que conceda ou amplie incentivos ou benefícios de natureza tributária ou financeira, que gere efeitos sobre a receita estimada para o Orçamento do ano de 2013, somente será aprovado caso indique, fundamentalmente, a estimativa da renúncia fiscal acarretada, devendo ainda estar acompanhada da:

- I – estimativa do impacto orçamentário-financeiro no Exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois subsequentes;
- II – medida de compensação do período mencionado no *caput* deste artigo, por meio de aumento da receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração, criação de tributo ou contribuição.

Art. 37. Nas estimativas das receitas do Projeto de Lei Orçamentário poderão ser consideradas as propostas de alterações na legislação tributária e das contribuições que sejam objeto de Projeto de Lei já enviado ao Legislativo, desde que identificadas às despesas que ocorrerão à conta dos respectivos recursos.

Parágrafo único. Caso as alterações não sejam aprovadas, ou o sejam parcialmente até o envio do Projeto de Lei Orçamentário para sanção pelo Prefeito, as despesas de que tratam este artigo deverão ser canceladas mediante Decreto, até 30 (trinta) dias após a publicação da Lei pelo Executivo.

Art. 38. Compete à Secretaria Municipal de Finanças, fiscalizar o fiel cumprimento integral da presente Lei.

Capítulo VIII

Das Disposições Finais e Transitórias

Art. 39. São vedados quaisquer procedimentos pelos ordenadores de despesas que impliquem em execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária e sem adequação às cotas financeiras de desembolso.

Art. 40. A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da Lei Orçamentária de 2013 deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência na gestão fiscal, observando-se o princípio da publicidade e permitindo amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas, nos termos do artigo 70 da Lei nº 10.000, de 08 de maio de 2001 e dos artigos 48 e 49 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Parágrafo único. Para atender ao disposto neste artigo, competirá ao Poder Executivo divulgar, por intermédio da Internet, por meio de site próprio ou através dos serviços disponibilizados pelo Tribunal de Contas da União ou outro órgão público oficial, as seguintes informações:

- I – as estimativas de receitas de que trata o artigo 12, § 3º, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000;
- II – a proposta da Lei Orçamentária aprovada, inclusive em versão simplificada, seus anexos, a programação constante do detalhamento das ações e as informações complementares;
- III – a execução orçamentária com o detalhamento das ações;
- IV – relatórios resumidos da execução orçamentária e o de

acompanhamento quadrimestral apresentado pelo Departamento de Contabilidade da Secretaria Municipal de Finanças, conforme disposto nos artigos 52, 53, 54, e 55, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000;

- V – os demonstrativos de variação patrimonial do Município;
- VI – os comparativos da receita orçada com a arrecadada, e da despesa autorizada com a despesa realizada em conformidade com o relatório do SIAFEM, ou sistema que vier a substituir.

Art. 41. O Poder Executivo implementará o Sistema de Gerenciamento e Acompanhamento de Projetos, por meio da Secretaria Municipal de Finanças, que designará uma comissão, objetivando o gerenciamento de custos de cada projeto ou atividade previsto na categoria de programação das unidades gestoras.

Art. 42. Os custos unitários de materiais e serviços de obras executadas com recursos dos orçamentos do Município não poderão ser superiores, em mais de 10% (dez por cento), àqueles constantes do Sistema Nacional de Pesquisas de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI, mantido pela Caixa Econômica Federal.

Parágrafo único. Somente em condições especiais, devidamente justificadas em relatório técnico circunstanciado, aprovado pela autoridade competente, poderão os respectivos custos ultrapassar o limite fixado no *caput* deste artigo, sem prejuízo da avaliação dos órgãos de controle interno e externo.

Art. 43. A Lei Orçamentária conterá dispositivo que autorize o Poder Executivo a realizar operações de crédito por antecipação de receita (ARO) e para o financiamento de dívidas que eventualmente sejam propostas.

Art. 44. O desembolso dos recursos financeiros correspondentes aos créditos orçamentários do Poder Legislativo será feito até o dia 20 de cada mês, sob a forma de duodécimos.

Art. 45. Se o projeto de Lei Orçamentária não for sancionado pelo Prefeito até 31 de dezembro de 2012, a programação dele constante poderá ser executada por duodécimos mensais, até sua efetiva sanção.

Art. 46. A reabertura dos créditos especiais, conforme disposto no art. 67, § 2º, da Constituição Federal, será efetivada através de Decreto, obedecendo, o prazo de 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, sendo a fonte de recursos identificada como saldo financeiro de exercício anterior, independente da receita à conta da qual os créditos foram abertos.

Art. 47. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar, usando como fonte de recurso o saldo financeiro apurado nas contas dos fundos, dos convênios ou termos congêneres, através do Balanço Patrimonial.

Art. 48. As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos, a qualquer título, submeter-se-ão à fiscalização do Poder concedente, com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos, sendo as parcelas subsequentes liberadas somente mediante a prestação de contas relativas ao gasto da parcela anterior.

Art. 49. Ficam os Poderes Executivo e Legislativo autorizados a contribuir para o custeio de despesas de competência da União e do Estado, mediante convênio, acordo, ajuste ou termo congêneres.

Art. 50. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 51. Revogam-se as disposições em contrário.

Vargem Alta-ES, 26 de novembro de 2012.

ELIESER RABELLO
Prefeito Municipal

ANEXO DE PRIORIDADES E METAS

LDO – LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

EXERCÍCIO DE 2013

010 – Câmara Municipal de Vargem Alta

- Manutenção das Atividades da Câmara;
- Desenvolvimento das Atividades do Legislativo.

020 – Procuradoria Geral do Município

- Manutenção das Atividades da Procuradoria Geral do Município.

030 – Secretaria Municipal de Governo

- Implantação do Orçamento Participativo nas Comunidades;
- Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Governo.

040 – Secretaria Municipal de Administração

- Realização de Cursos de Capacitação de Servidores;
- Implantação do Núcleo de Apoio Multidisciplinar para Servidores;
- Manutenção das Atividades da Secretaria;
- Implantação do Centro Educacional Tecnológico;
- Implantação do Núcleo de Informática.

050 – Secretaria Municipal de Finanças

- Recadastramento Técnico Imobiliário e Econômico;
- Estruturação do Sistema de Fiscalização Tributária;
- Manutenção das Atividades da Secretaria.

060 – Controladoria Geral do Município

- Manutenção das Atividades da Controladoria.

070 - Secretaria Municipal de Comunicação

- Manutenção das Atividades da Secretaria.

080 - Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social

- Manutenção das Atividades da Secretaria;
- Manutenção das Atividades dos Programas:
 - Atenção ao Portador de Deficiência;
 - Piso Básico Variável;
 - Dependentes Químicos;
 - Bolsa Família;
 - Assistência à Criança e ao Adolescente;
 - PETI;
 - Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS/PAEFI;
 - Assistência a Pessoas Carentes;
 - PAIF/CRAS;
 - Melhoria na Qualidade do Atendimento ao Abrigo Institucional;
 - Implantação e Manutenção do Balcão de Empregos;
 - Aquisição de equipamentos e Manutenção do Centro de Convivência do Idoso.

090 – Secretaria Municipal de Saúde

- Manutenção das Atividades da Secretaria;
- Manutenção das Atividades dos Programas:
 - Saúde Bucal, PSF, PACS e PAB;
 - Farmácia Básica;
 - Média e Alta Complexidade;
 - Vigilância Sanitária;
 - Firmatura de Convênios com Órgãos Municipais, Estaduais e Federais;
 - Transferência de Recursos a Entidades de Saúde;
 - Construção de um Hospital Municipal e de Unidades de Saúde;
 - Aquisição de UTI Móvel;
 - Construção e Recuperação de Redes de Água e Esgoto.

100 – Secretaria Municipal de Educação

- Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Educação (Unidade Central);
- Manutenção das Atividades do Programa “Caminho da Escola”;

Sub-Unidade: Ensino Fundamental

- Manutenção das Atividades de Educação Especial;
- Manutenção das Atividades de Ensino Fundamental (60%);

- Manutenção das Atividades de Ensino Fundamental (40%);
- Construção, Reforma e Ampliação de Unidades de Ensino Fundamental;
- Construção e Ampliação de Laboratórios de Informática;
- Formação Continuada de Servidores do Ensino Fundamental;
- Manutenção das Atividades da Merenda Escolar;
- Manutenção das Atividades do Transporte Escolar.

Sub-Unidade: Educação Infantil

- Manutenção das Atividades de Educação Especial;
- Manutenção das Atividades da Educação Infantil (60%);
- Manutenção das Atividades da Educação Infantil (40%);
- Construção, Reforma e Ampliação de Unidades da Educação Infantil
- Construção e Ampliação de Laboratórios de Informática;
- Formação Continuada de Servidores da Educação Infantil ;
- Manutenção das Atividades do Programa de Alimentação Escolar;
- Manutenção das Atividades do Programa de Transporte Escolar.

110 – Secretaria Municipal de Turismo, Cultura, Desenvolvimento e Esportes

- Manutenção das Atividades da Secretaria;
- Manutenção das Atividades do Departamento de Turismo;
- Construção e Recuperação de Praças, Jardins e Afins;
- Manutenção das Atividades do Departamento de Desenvolvimento;
- Apoio ao Programa de Geração de Emprego e Renda;
- Manutenção das Atividades do Departamento de Cultura;
- Apoio aos Programas de Desenvolvimento Turísticos;
- Manutenção das Atividades do Departamento de Esporte;
- Construção, Ampliação e Reforma de Quadras Poliesportivas e do Estádio Municipal;
- Manutenção das Atividades de Convênio com Órgãos Federais, Estaduais, Municipais e Outros.

120 – Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos

- Manutenção das Atividades da Secretaria;
- Abertura, Calçamento e Pavimentação de Ruas e Avenidas;
- Revitalização de Praças, Avenidas e Jardins;
- Manutenção e Aprimoramento do Trânsito, Incluindo o Sistema de Sinalização;
- Manutenção e Melhoria do Sistema de Coleta de Lixo;
- Construção e Reforma de Abrigos, Capelas Mortuárias, Pontes, Muros de Arrimo e Similares;
- Aquisição de Imóveis;

- Manutenção e Melhoria da Rede de Energia Elétrica e Iluminação Pública.

130 – Secretaria Municipal de Meio Ambiente

- Manutenção das Atividades da Secretaria;
- Aprimoramento e Manutenção das Atividades de Licenciamento Ambiental;
- Manutenção dos Serviços de Drenagem, Limpeza e Preservação de Rios, Riachos, Córregos e Afins;
- Manutenção das Atividades de Outras Ações de Preservação do Meio Ambiente.

140 – Secretaria Municipal de Agricultura

- Manutenção das Atividades da Secretaria;
- Manutenção e Fortalecimento das Atividades Agrícolas;
- Manutenção e Fortalecimento das Atividades Pecuárias;
- Aquisição de Patrulha Mecanizada.

150 – Secretaria Municipal do Interior

- Manutenção das Atividades da Secretaria;
- Implantação, Extensão e Melhoria das Redes de Telefonia e Iluminação Rural;
- Construção e Recuperação de Estradas Vicinais, Pontes e Afins, nas Comunidades Rurais.

200 – Instituto de Previdência de Vargem Alta

- Manutenção das Atividades do Instituto de Previdência de Vargem Alta.

210 – Serviço Autônomo de Água e Esgoto

- Manutenção das Atividades do Serviço Autônomo de Água e Esgoto;
- Manutenção das Atividades do Sistema de Água;
- Manutenção das Atividades do Sistema de Esgoto;
- Manutenção das Atividades do Controle Ambiental das Bacias, Mananciais e Monitoramento dos Recursos Hídricos.

Vargem Alta-ES, 26 de novembro de 2012.

ELIESER RABELLO
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE VARGEM ALTA - ES
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE RISCOS FISCAIS
Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências
 2013

ARF (LRF, art 4º, § 3º) R\$ 1,00

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Condenações Judiciais	100.000,00	Abertura de Créditos Adicionais a partir da Reserva de Contingência	100.000,00
SUBTOTAL	100.000,00	SUBTOTAL	100.000,00
DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Epidemias, Enchentes ou Outras Calamidades	100.000,00	Abertura de Crédito Adicional a partir do Cancelamento de dotações discriminadas	100.000,00
Epidemias, Enchentes ou Outras Calamidades	100.000,00	Abertura de Crédito Adicional a partir da Reserva de Contingência	100.000,00
Despesas com Juros Orçados a Menor	50.000,00	Abertura de Crédito Adicional a partir da Reserva de Contingência	50.000,00
SUBTOTAL	250.000,00	SUBTOTAL	250.000,00
TOTAL	350.000,00	TOTAL	350.000,00

MUNICÍPIO DE VARGEM ALTA - ES
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXOS DE METAS FISCAIS
Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido
 2013

AMF - Tabela IV (Lrf, art. 4º, §2º, inciso II) R\$ 1,00

PREFEITURA CONSOLIDADO						
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2011	%	2010	%	2009	%
Patrimônio/Capital	38.557.095,77	100,000	32.426.175,90	100,000	27.231.528,58	100,000
Reservas	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000
Lucros ou Prejuízos Acumulados	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000
Total	38.557.095,77	100%	32.426.175,90	100%	27.231.528,58	100%
REGIME PREVIDENCIÁRIO						
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2011	%	2010	%	2009	%
Patrimônio/Capital	7.164.850,99	100,000	4.990.317,66	100,000	3.766.290,52	100,000
Reservas	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000
Lucros ou Prejuízos Acumulados	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00	0,000
Total	7.164.850,99	100%	4.990.317,66	100%	3.766.290,52	100%

MUNICÍPIO DE VARGEM ALTA - ES
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
Metas Anuais
 2013

AMF - Demonstrativo I (LRF, art 4º, § 1º) R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2013			2014			2015		
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a / PIB) X 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b / PIB) X 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c / PIB) X 100
Receita Total	44.174.479,00	42.272.228,71	0,048	46.824.947,00	42.879.006,43	0,050	49.634.443,00	43.494.498,61	0,051
Receitas Primárias (I)	43.517.124,00	41.643.180,86	0,047	46.128.151,00	42.240.929,47	0,049	48.895.840,00	42.847.263,24	0,050
Despesa Total	44.174.479,00	42.272.228,71	0,048	46.824.947,00	42.879.006,43	0,050	49.634.443,00	43.494.498,61	0,051
Despesas Primárias (II)	42.972.677,00	41.122.178,95	0,047	45.551.037,00	41.712.448,89	0,048	48.284.099,00	42.311.196,62	0,050
RESULTADO PRIMÁRIO III (I-II)	544.447,00	521.001,91	0,000	577.114,00	528.480,58	0,001	611.741,00	536.066,62	0,002
Resultado Nominal (15.730,00)	(15.730,00)	(15.052,63)	0,000	(179.100,00)	(164.007,23)	0,000	(153.859,00)	(134.826,13)	0,000
Dívida Pública Consolidada	1.985.630,00	1.900.124,40	0,002	1.705.786,00	1.562.039,33	0,002	1.465.381,00	1.284.108,54	0,002
Dívida Consolidada Líquida	1.270.803,00	1.216.079,43	0,001	1.091.703,00	999.705,13	0,001	937.844,00	821.629,60	0,001

Nota: O cálculo das metas foi realizado considerando-se o seguinte cenário macroeconômico:

VARIÁVEIS	2013	2014	2015
PIB real (crescimento % anual)	1,50	1,50	1,50
Taxa real de juro implícito sobre a dívida líquida do Governo (média % anual)	3,00	3,00	3,00
Câmbio (R\$/US\$ - Final do Ano)	1,84	1,87	1,88
Inflação Média (% anual) projetada com base em índice oficial de inflação	4,50	4,50	4,50
Projeção do PIB do Estado - R\$ 1,00	92.000.000.000,00	94.000.000.000,00	97.000.000.000,00

MUNICÍPIO DE VARGEM ALTA - ES
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES
2013

AMF - Demonstrativo III (LRF, art 4º, § 2º, inciso II)

RS 1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	2010	2011	%	2012	%	2013	%	2014	%	2015	%
Receta Total	36.641.604,00	38.976.861,00	49,03	41.241.273,00	47,36	44.174.479,00	19,00	46.824.947,00	6,00	49.634.443,00	6,00
Recetas Primárias (I)	36.608.191,00	38.941.848,22	49,03	40.627.567,34	45,75	43.517.124,00	19,18	46.128.151,00	6,00	48.895.840,00	6,00
Despesa Total	36.641.604,00	38.906.861,00	37,07	41.241.273,00	63,68	44.174.479,00	25,06	46.824.947,00	6,00	49.634.443,00	6,00
Despesas Primárias (II)	35.936.398,30	38.454.642,95	37,99	40.331.041,86	62,37	42.972.677,00	24,88	45.551.037,00	6,00	48.284.099,00	6,00
RESULTADO PRIMÁRIO III = (I-II)	671.792,70	487.205,27	-19,22	296.525,48	-77,56	544.447,00	-274,12	577.114,00	6,00	611.741,00	6,00
Resultado Nominal	(32.037,00)	(56.576,67)	76,60	4.199,00	-107,42	(15.730,00)	-474,61	(179.100,00)	1.038,59	(153.859,00)	-14,09
Dívida Pública Consolidada	1.905.790,00	2.000.000,00	4,94	2.269.542,00	13,48	1.985.630,00	-12,51	1.705.786,00	-14,09	1.465.381,00	-14,09
Dívida Consolidada Líquida	1.219.383,00	1.190.000,00	-2,41	1.286.533,00	8,11	1.270.803,00	-1,22	1.091.703,00	-14,09	937.844,00	-14,09

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										
	2010	2011	%	2012	%	2013	%	2014	%	2015	%
Receta Total	40.779.357,13	40.730.819,75	27,73	41.241.273,00	32,40	42.272.228,71	13,88	42.879.006,43	-7,11	43.494.498,61	1,44
Recetas Primárias (I)	40.742.170,97	40.694.231,40	27,73	40.627.567,34	30,86	41.643.180,86	14,04	42.240.929,47	-7,11	42.847.263,24	1,44
Despesa Total	40.779.357,13	40.657.669,75	10,39	41.241.273,00	43,71	42.272.228,71	19,68	42.879.006,43	-7,11	43.494.498,61	1,44
Despesas Primárias (II)	39.994.516,08	40.185.101,88	11,25	40.331.041,86	42,45	41.122.178,95	19,50	41.712.448,89	-7,11	42.311.196,62	1,44
RESULTADO PRIMÁRIO III = (I-II)	747.654,89	509.129,51	-36,36	296.525,48	-91,45	521.001,91	-275,23	528.480,58	1,44	536.066,62	1,44
Resultado Nominal	(35.654,78)	(59.122,62)	65,82	4.199,00	-107,10	(15.052,63)	-458,48	(164.007,23)	897,74	(134.826,13)	-17,79
Dívida Pública Consolidada	2.121.001,34	2.090.000,00	-1,45	2.269.542,00	8,59	1.900.124,40	-16,28	1.562.039,33	-24,72	1.284.108,54	-17,79
Dívida Consolidada Líquida	1.357.081,83	1.243.550,00	-8,37	1.286.533,00	3,46	1.216.079,43	-5,48	999.705,13	-24,72	821.829,60	-17,79

Metodologia de Cálculo dos Valores Constantes

INDICES DE INFLAÇÃO					
2010	2011	2012*	2013*	2014	2015
5,50	6,50	4,50	4,50	4,50	4,50

*Inflação Média (% anual) projetada com base no IPCA, divulgado pelo IBGE.

MUNICÍPIO DE VARGEM ALTA - ES

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXOS DE METAS FISCAIS
ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM ALIENAÇÃO DE ATIVOS
2013

AMF - Tabela V (LRF, art. 4º, §2º, inciso III)

RS 1,00

RECEITAS REALIZADAS	2011	2010	2009
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00
DESPESAS EXECUTADAS	2011	2010	2009
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização de Dívida	0,00	0,00	0,00
Regime Geral de Previdência Social	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio de Previdência de Servidores	0,00	0,00	0,00
SALDO FINANCEIRO	2011	2010	2009
Saldo Financeiro	0,00	0,00	0,00

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA N.º 034/2012

AUTORIZA ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA DE VARGEM ALTA, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, no uso de suas atribuições, delegadas através do artigo 222 da Lei Complementar n.º 010, de 02 de julho de 2003;

RESOLVE:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de Processo Administrativo Disciplinar, em conformidade com a Lei n.º 010, de 02 de julho de 2003, a fim de apurar fatos envolvendo o Servidor **A.A.S**, matrícula funcional n° 003100 da Secretaria Municipal de Saúde, tendo em vista os fatos narrados no documento protocolado sob número 3900/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Vargem Alta -ES, 20 de Novembro de 2012.

ANDERSON DEPRÁ
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA N.º 035/2012

AUTORIZA ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA DE VARGEM ALTA, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, no uso de suas atribuições, delegadas através do artigo 222 da Lei Complementar n.º 010, de 02 de julho de 2003;

RESOLVE:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de Processo Administrativo Disciplinar, em conformidade com a Lei n.º 010, de 02 de julho de 2003, a fim de apurar fatos envolvendo o Servidor **O.F.V.N**, matrícula funcional n° 004609 da Secretaria Municipal de Educação, tendo em vista os fatos narrados no documento protocolado sob número 3939/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Vargem Alta -ES, 20 de Novembro de 2012.

ANDERSON DEPRÁ
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 036/2012

ARQUIVA PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Nº 003/2011

A Secretária Municipal de Administração, no uso de suas atribuições, que lhe confere o art. 222 da Lei complementar 10 de 02 de julho de 2003,

RESOLVE:

Art. 1º ARQUIVAR, o Processo Administrativo Disciplinar n° 003/2011, instituído pela Portaria 015/2011, o qual objetivou esclarecimentos contidos no documento protocolado sob o n° 1275/2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Vargem Alta – ES, 20 de outubro de 2012.

ANDERSON DEPRÁ
Secretário Municipal de Administração

INFORMATIVO

**A Prefeitura de Vargem Alta
informa que o
NAC, INCRA e NOSSO CRÉDITO
estarão funcionando em novo
endereço a partir do dia 19 de Outubro**

**Rua Willian Rose, s/n, Centro
em cima da Rodoviária**

mais informações (28) 3528-1145

*Reclamações de
ILUMINAÇÃO PÚBLICA
serão recebidas através
do NÚMERO*

0800 028 1356

mais informações

**SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
(28) 3528-1306**

ELIESER RABELLO
Prefeito Municipal

JOÃO BOSCO DIAS
Vice-Prefeito

MÁRIO PIRES MARTINS FILHO
PROCURADOR GERAL DO MUNICIPIO

SECRETÁRIOS MUNICIPAIS:

CLAUDIO CEZAR PAZETTO
COMUNICAÇÃO

ANDERSON DEPRÁ
ADMINISTRAÇÃO

THADEU DOS SANTOS ORLETTI
FINANÇAS

APARECIDA SILVA CAMPOS
ASSISTENCIA SOCIAL

INDON SOLLES DEMARTINI
AGRICULTURA

ELIAS ABREU DE OLIVEIRA
TURISMO, CULTURA, DESENVOLVIMENTO E ESPORTES

EDINAUDO RABELLO
EDUCAÇÃO

EUGENIO JOSÉ AGRIZZI
MEIO AMBIENTE

VANDERSON ROBERTO PEDRUZZI GABURRO
SAÚDE

DEOCLACINO DE SOUZA CARDOSO NETTO
INTERIOR

GISLANE SOUZA SANTOS
GOVERNO

ORGÃO OFICIAL

Responsável:

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO

Rua Paulino Francisco Moreira,162, Centro

Vargem Alta – Espírito Santo

Cep: 29.295-000 – Tel (28) 3528 1010

E-mail: orgaooficial@vargemalta.es.gov.br

Esta Edição contém atos do Poder Executivo Municipal.

As matérias publicadas no Órgão Oficial são produzidas diretamente dos originais.